

**Caminhos investigativos III:
riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**
Marisa Vorraber Costa e Maria Isabel Edelweiss Bujes
(organizadoras)

Revisão de provas
Márcia Pignataro

Projeto gráfico e gerência de produção
Maria Gabriela Delgado

Diagramação
Anthares

CIP-BRASIL. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar
nas fronteiras / Marisa Vorraber Costa e Maria Isabel Edelweiss Bujes
(org.). – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

14 × 21 cm; 224 p.
Inclui bibliografia
ISBN 85-7490-356-6

1. Educação. 2. Pesquisa em educação. I. Costa, Marisa Vorraber.
II. Bujes, Maria Isabel Edelweiss.

CDD 370

Marisa Vorraber Costa
Maria Isabel Edelweiss Bujes
(organizadoras)

Caminhos investigativos III:
riscos e possibilidades de
pesquisar nas fronteiras

DAGMAR E. ESTERMANN MEYER
DANIEL MATO
JOCIANE ROSA DE MACEDO COSTA
LUÍS HENRIQUE SACCHI DOS SANTOS
LUÍS HENRIQUE SOMMER
MARIA LÚCIA CASTAGNA WORTMANN
MAURO GRÜN
ROSA MARIA BUENO FISCHER
ROSÂNGELA DE FÁTIMA SOARES


DP&A
editora

Escrita acadêmica: arte de assinar o que se lê

ROSA MARIA BUENO FISCHER

Duas indagações principais movem este texto. Primeira: que relações poderiam ser pensadas entre a experiência da criação e da fruição estéticas e a produção do texto acadêmico? Segunda: podemos (e devemos) escrever a nós mesmos no texto científico? A primeira pergunta se desdobra em muitas outras, relativas aos modos pelos quais lemos autores, nos apropriamos de determinadas teorias e conceitos, tratamos certas temáticas e problemas do nosso tempo. A segunda remete a questões sobre possíveis cruzamentos entre pesquisa e marcas autobiográficas do pesquisador. Em suma, proponho-me a pensar sobre fronteiras, limites e aproximações entre arte, produção científica e exposição de si mesmo. Jacques Derrida e Michel Foucault, entre outros, orientam boa parte do debate, assim como Marilena Chauí e sua leitura de Merleau-Ponty.

De início, convém dizer que as considerações aqui feitas nascem do trabalho cotidiano de orientação de mestrandos e doutorandos, também de alunos de Iniciação Científica, além, é claro, das inúmeras participações em bancas acadêmicas – experiência que espero poder compartilhar com o leitor, particularmente naquilo que se relaciona com alguns problemas recorrentes enfrentados por todos os que um dia decidem se fazer investigadores, membros da comunidade acadêmica. Refiro-me aqui a dificuldades de escrita vinculadas aos modos pelos quais nos apropriamos de conceitos e teorias; ressalto, sobretudo, algo que me parece muitas vezes ausente em muitos textos acadêmicos: a paixão daquele que cria. Falta o que Derrida chama de “leitura assinada” dos autores.

DP&A editora

Reivindico que todo o tempo, todo o esforço intelectual, todo o afeto que pomos nessa jornada – que inclui filiação a uma certa linha de pensamento, escolha de orientadores e de referenciais, definição de temas e objetos de pesquisa, realização de estudos, levantamento de dados, escritas diversas – isso talvez pudesse resultar em textos mais vibrantes, mais vivos, mais mobilizadores de nós mesmos e daqueles que nos lêem. Talvez possamos pensar em formas de “engenho e arte” para nosso trabalho acadêmico, seguindo modestamente o grande poeta português Camões, ao invocar as musas na criação de *Os Lusíadas*.

Apóio-me aqui em vários estudos de Michel Foucault, sobre a escrita, a literatura, o “ser da linguagem”: o belo texto *L'écriture de soi* (*A escrita de si*); também as aulas do filósofo, recentemente publicadas no Brasil, do curso *A hermenêutica do sujeito* (de modo especial a aula do dia 3 de março de 1982); os volumes 2 e 3 de sua *História da sexualidade* e finalmente o livro *A experiência do exterior*, escrito a partir da obra de Blanchot. Destaco os estudos do filósofo sobre as artes de si mesmo, a estética da existência e o governo de si e dos outros na cultura greco-romana clássica, particularmente nos dois primeiros séculos do Império. Citando e estudando os escritos de Sêneca, Lucílio, Epicuro, entre tantos outros, o autor discute inúmeras técnicas e exercícios da ascese necessária ao exercício do pensamento de si, entre os gregos: especialmente, refere-se aos exercícios da leitura e também da escrita de si, anotações sobre aulas, conversas, fragmentos de obras (*os hypomnemata*), aqueles escritos que podem servir como guia para nossa vida, leituras que em última (ou primeira?) instância fazemos para assegurar-nos contra a morte. Foucault trata ainda do caráter constituidor do eu dado pelas correspondências,¹ justamente porque estas provocam (e tratam de) um retorno a si mesmo, através

¹ Aqui poderíamos lembrar célebres correspondências, como as de Hannah Arendt e Heidegger, Clarice Lispector, Joaquim Nabuco e Machado de Assis, publicadas recentemente.

da escrita, através dos conselhos e avisos do outro a nós; diz-nos que nas correspondências, em suma, trata-se de um encontro muito particular com nossas ausências.

→ É nos gregos clássicos, portanto, que o filósofo encontra a delicadeza e a força do ato de escrever, como ato de alguém se mostrar, de meditar, de fazer-se ver, de fazer aparecer para o outro e para si mesmo o próprio olhar: escrever para constituir a si mesmo como sujeito de ação racional, pela apropriação, pela subjetivação em relação ao já-dito fragmentário de si. Ora, essas lições dos antigos talvez possam nos fazer pensar um pouco sobre outras possibilidades de constituir-nos pela escrita, no caso, a escrita acadêmica. Com que cuidado fazemos anotações sobre o que lemos? Com que vibração estabelecemos relações entre autores, obras, conceitos e o nosso “objeto de desejo”, nosso problema de pesquisa? Como, parafraseando Chico Buarque, catamos a poesia que [o mundo] entorna no chão;² ou seja, como nos deixamos tocar pelo que lemos, pelas aulas a que assistimos, pelos problemas de educação dos quais desejamos falar em nossos trabalhos, pela beleza dos conceitos que herdamos de um filósofo, de um sociólogo, de um psicanalista, de um educador? E o que tudo isso de fato tem a ver com nossa vida, com aquilo que amamos e que se faz carne viva em nós?

Roubo aqui um belíssimo parágrafo de Carlos Skliar, em *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?*, por muito concordar com o autor sobre isto: “Tudo o que é diferente de nós não pede licença para irromper em nossas vidas”; e as mais distintas experiências podem ser pensadas nessa perspectiva, inclusive a prosaica experiência do estudo, da apresentação a

² Refiro-me aqui a uma das mais belas composições de Chico Buarque, *As Vitruvianas*, de 1981 (do disco *Almanaque*), em que o poeta, benjaminianamente, acompanha os passos do homem a seguir pelas ruas a mulher desejada, olhando-a através de vitrines. Ele confessa que a segue: “Eu te vejo sair por aí” e conclui com estes versos inigualáveis: “Passas em exposição / Passas sem ver teu vigia / Catando a poesia / Que entornas no chão.”

tantos outros diferentes de nós, e que muitas vezes tratamos como algo ou alguém a domesticar, a normatizar, em suma, a reduzir à mesmidade; textos e autores que reduzimos a "pasta", a pastiche, à monótona repetição do já dito. Para Skliar,

O outro irrompe, e nessa irrupção nossa mesmidade se vê desamparada, destituída de sua corporalidade homogênea, de seu egoísmo; e, ainda que busque desesperadamente as máscaras com as que inventou a si mesma e com as que inventou o outro, o acontecimento da irrupção deixa esse corpo em carne viva, o faz humano, arremessa fragmentos de sua identidade (Skliar, 2003, p. 148).

Ao utilizar um autor na escrita acadêmica, nós de certa forma o reescrevemos, nós nos apropriamos dele e continuamos sua obra, tensionamos os conceitos que ele criou, submetemos à discussão uma teoria, porque a mergulhamos no empírico, no estudo de um objeto por nós selecionado, que ultrapassa, vai além dos objetos que o autor escolhido elegera – justamente porque nossa história é outra, nossos lugares e tempos são outros. Reescrever um autor, apropriar-se dele, é vasculhar em suas formulações teóricas um ponto de encontro com nós mesmos, com aquilo que escolhemos como objeto, com aquilo em que nós investimos nossa vida, nosso trabalho, nosso pensamento; tem a ver com uma entrega, nossa entrega a um tema, a um objeto, a um modo de pensar, que assumimos como pesquisadores.

Importa aqui sublinhar como, de diferentes formas, numa tese ou dissertação, traçamos caminhos para realizar a apropriação de um autor. E como é indispensável que essa apropriação se faça a partir de nós mesmos, da imersão (nossa e do objeto construído) em questões específicas destes tempos. Não importa se o autor escolhido for Foucault, Bourdieu, Deleuze, Benjamin, Adorno, Nietzsche. Interessa é fazer desses autores alguém que vive em nossa escrita, e que já não será mais Foucault ou Nietzsche, e sim seremos nós, eu, ela, você, lendo esses autores, escrevendo nosso texto, para além de qualquer dos pensadores visitados. Este é um

ponto, a meu ver, inarredável: estudar muito, embrenhar-se pelas coisas ditas, lidas, ouvidas; fazê-las nossas, desde as primeiras e rudimentares anotações; ultrapassar as aplicações imediatistas e apressadas de um autor ou de um conceito, adonar-se deles e arriscar-se a ir além, justamente porque estamos de alguma forma escrevendo algo nosso, inscrevendo a nós mesmos numa criação genuína, particular, sem no entanto deixar de ser deste mundo.

Mas pode alguém perguntar-me: nossas leituras acadêmicas não seriam (ou precisariam ser) quase sempre utilitárias e utilitaristas? Nossos tempos não seriam excessivamente curtos, tão parcos, tão pressionados? Como aliar leituras úteis a uma entrega quase poética da leitura e da escrita? Como nos posicionarmos diante do que lemos, assumindo a atitude de quem absorve um autor, enterra-se nele, mexe e remexe conceitos e caminhos e, ao mesmo tempo, por paradoxal que isso possa parecer, trai esse mesmo autor, esses mesmos escritos, seguindo a própria paixão, traindo o que acabou de ser parte nossa, paixão vivida através da leitura? Aliás, é disso que trata Jorge Larrosa em seu livro *Nietzsche e a Educação*, especialmente no capítulo Ler em direção ao desconhecido. Para além da hermenêutica (Larrosa, 2002, p. 13-46).

A citação que Larrosa faz de *Assim falou Zaratustra* de Nietzsche é providencial: "Paga-se mal a um mestre, quando se continua a ser apenas o aluno" (Nietzsche, 1996, p. 413). Parafraseando o filósofo, podemos dizer que se paga mal a um orientador se nos constituímos apenas como cegos-orientandos fiéis; também paga-se muito mal por um livro que nos fará apenas leitores que papagueiam o lido, repetidores dos "melhores momentos" de um autor, meros autores de recortes e colagens de trechos que vamos encaixando numa escrita tecida de alternâncias de fragmentos – ora passagens de um autor, ora de outro, ora da exemplificação permitida pelo objeto de pesquisa, ora ainda por breves, meteóricas e breves aparições de nós mesmos, daquilo que pensamos, daquilo que nos mobiliza e nos faz tremer a voz, as vísceras, o olhar.

mit
Bem -

Na leitura do outro, relançar a herança

Busco inspiração em Derrida (2004), de modo particular nos diálogos que manteve com Elizabeth Roudinesco, publicados no livro *De que amanhã... Diálogo*. Seu modo desconstrucionista de ver a herança, de tratar o que herdamos daqueles a quem lemos, ajuda a construir argumentos a favor de uma leitura e escritura criativas e criadoras. Referindo-se à leitura que fez de Freud, o filósofo nos diz que tomou como uma espécie de axioma a afirmação de que “nenhum texto é sempre homogêneo” e, nessa condição, será legítimo e às vezes necessário fazer dele “uma leitura dividida, diferenciada, até mesmo aparentemente contraditória. Ativa, performativa, assinada, essa leitura deve e não pode deixar de ser a invenção de uma escrita” (Derrida, 2004, p. 205-6). Uma leitura assinada – é disso que estou tratando aqui. É bom, é recomendável que nossos textos acadêmicos e científicos tornem-se criação, leituras assinadas.

Ninguém está a sugerir obras-primas de criação literária e científica. Apenas que nossas leituras e textos sejam ativos, performativos, assinados. Que possamos, diante dos livros, das palavras de alguns autores, dizer, escrever, pensar sobre – aquilo que ali nos seduz, que nos faz vibrar, que nos encoraja a uma certa audácia de pensamento sobre o presente que vivemos, sobre o tema de pesquisa pelo qual nos apaixonamos, sobre a inquietação que nos mobiliza a realizar esta ou aquela investigação, sobre um determinado problema, sobre o que “vai mal” no campo da Educação e a respeito de que se faz urgente perguntar.

No primeiro capítulo do livro *De que amanhã... Diálogos*, intitulado Escolher sua herança, Derrida (2004) define o herdeiro como aquele que está submetido a uma dupla injunção: o herdeiro reafirma o que veio antes dele, o que lhe chega mesmo sem que uma escolha tenha sido feita; mas realiza isso do lugar de uma certa “liberdade”, e esse é o diferencial. Há, sim, um passado do qual nos apropriamos, mesmo sabendo que não há apropriação plena

de nada, porque talvez tudo realmente permaneça para sempre de alguma forma inapropriável. “Reafirmar, o que significa isso?” – pergunta Derrida. E responde: “Não apenas aceitar essa herança, mas relançá-la de outra maneira e mantê-la viva. Não escolhê-la (pois o que caracteriza a herança é primeiramente que não é escolhida, sendo ela que nos elege violentamente), mas escolher preservá-la viva. A vida, no fundo, o ser-em-vida, isso talvez se defina por essa tensão interna da herança, por essa interpretação do dado do dom, até mesmo da filiação” (*ibidem*, p. 12-3).

O convite de Jacques Derrida (2004) é extremamente instigador: ele fala do lugar do filósofo, do lugar do acadêmico, do lugar de um homem apaixonado pela vida e pela atividade do pensamento, sugerindo que pensar, ler, escrever, criticar, assumir tal ou qual linha de argumentação não se aproxima, nem de longe, do trabalho daqueles que escrevem para ferir o outro (ou um outro modo de pensar) ou para condená-lo (quem sabe? à morte). O convite, muito diferente disso, é de que o trabalho intelectual tenha a ver com o gesto do herdeiro disposto a “salvar a vida (em seu tempo finito)” (*idem*, p. 13). Para tanto, a exigência é de que façamos intervenções, que reinterpretemos, critiquemos, desloquemos, de modo que “tenha lugar uma transformação digna desse nome: para que alguma coisa aconteça, um acontecimento, da história, do imprevisível por-vir” (*ibidem*, p. 13). Mais adiante, Derrida reforça a dupla atitude de receptividade e de negação em relação à herança, e que está na base de sua proposta desconstrucionista. A complexa injunção de que fala o filósofo estaria ligada a dois gestos que não se separam:

(...) deixar a vida viva, fazer reviver, saudar a vida, ‘deixar viver’, no sentido mais poético daquilo que, infelizmente, foi transformado em *slogan*. Saber ‘deixar’, e o que significa ‘deixar’ é uma das coisas mais belas, mais arriscadas, mais necessárias que conheço. Muito próxima do abandono, do dom e do perdão. A experiência de uma ‘desconstrução’ nunca acontece sem isso, sem amor, se preferir essa palavra. Ela começa por render homenagem àquilo, àqueles que eu diria a quem ela ‘se prende’. ‘S’en prendre’ é uma maneira bastante

sedutora, bastante intraduzível da língua francesa, não acha? (Derrida, 2004, p. 13-4).

Ⓚ Talvez o que seja mais difícil, num tempo em que tudo, mesmo as leituras que fazemos, está marcado pela louca velocidade de consumo, seja escapar aos estudos rasos, às interpretações ligeiras, às leituras quase exclusivamente pragmáticas. Certamente estas existem, acabam por fazer parte do conjunto de atividades realizadas no decorrer de uma pesquisa, no tempo da construção de um objeto investigativo e da elaboração de um texto acadêmico. Mas a escrita será tanto mais marcada por vida e pulsação quanto mais puder dar conta, honestamente, de um mínimo de sólidas referências de herança intelectual, referências que aparecerão no texto como parte constitutiva de uma experiência intransferível do pesquisador com as figuras (autores, obras) que lhe povoaram e povoam a trajetória acadêmica, profissional e pessoal, que lhe conferiram e conferem inclusive um modo de pertencimento a uma época, a um dado ambiente intelectual. Tal experiência – com esses autores e obras – acontecerá no processo permanente ou de reinterpretação, ou de estabelecimento de relações desses com outros pensadores e conceitos, ou ainda de demonstração da riqueza ou da insuficiência de uma noção ou de um determinado caminho argumentativo.

* É disso que Derrida e Roudinesco (2004) falam no diálogo sobre “escolher sua herança”: de como para eles, especialmente para Derrida, o trabalho de desconstrução tornou-se, na sua vida de pensador, professor, filósofo, algo diretamente relacionado ao ato de discernir o que se oferece como pensamento dogmático ou, ao contrário, como pensamento esterilizante; ao ato de decidir e de escolher, a cada momento, e não “por princípio”, nem por um relativismo oportunista, que tal forma de pensamento, desse autor, nessa circunstância específica, nessa construção particular, faz diferença, mobiliza, produz reverberações em nós, faz imaginar a vida de hoje de um modo novo, vibrante, questionador das coisas tal como nos são dadas ou tal como as encontramos.

Na contramão dos clichês: a favor da experiência e da arte de si mesmo

Creio que toda a discussão feita por Foucault nos textos citados é bastante útil para aqueles que se dedicam a produzir textos acadêmicos, artigos científicos, teses, dissertações: há que se prestar atenção ao fato de que, ao pesquisar, ao pensar, ao escrever, estamos investindo em nós mesmos, numa espécie de exercício daquilo que os gregos clássicos entenderam como “arte da existência”. Assumir uma posição teórica, explorar ao máximo o pensamento de alguns autores que passam a fazer parte de nós mesmos, relançar a herança, e, de outro modo, como sugere Derrida, passar a orientar nosso olhar (agora convertido) por esses outros olhares, sem, no entanto, deixarmos de ser nós mesmos, de falar dessa pessoa única que aqui está a pensar, sem deixarmos de estar atentos ao nosso país, ao nosso lugar, ao nosso tempo, às agruras e belezas do espaço e da hora que habitamos – esse é o grande desafio, esse é o grande exercício do que estou chamando aqui de conversão do olhar na escrita acadêmica, como cuidado consigo, como escrita de si, como arte da existência. Ⓚ

O que Foucault escreve numa de suas aulas de *A hermenêutica do sujeito*, sobre os gregos clássicos, talvez possa fazer sentido ainda hoje para nós, a respeito das atividades de leitura e escrita no meio acadêmico; refiro-me, claro, àquelas leituras e escritas preocupadas não exatamente em encontrar ou produzir verdades indubitáveis, menos ainda preocupadas em repetir clichês. Penso aqui naquilo que Foucault encontrou a partir de Sêneca, Epicteto e tantos outros: por exemplo, a recomendação de uma leitura que não busca compreender exatamente o que o autor queria dizer, mas que se constitui bem mais como experiência, como exercício consigo mesmo, como maneira de constituir para si “um equipamento de proposições verdadeiras, que seja efetivamente seu” (Foucault, 2004, p. 431). O filósofo sublinha que não se tratava de constituir um mosaico eclético de diferentes proposições, de origens diversas,

mas da construção de uma trama sólida de princípios de vida, de comportamento, processo no qual leitura e escrita praticamente não se separavam, e existiam como meditação, como produção de si mesmo, como arte de vida.

Todo esse exercício com nós mesmos se torna necessidade número um, nestes tempos de excesso de imaginário, de supercomunicação, particularmente de esvaziamento da própria palavra. Talvez tenhamos que prestar maior atenção ao fato de que hoje a linguagem parece estar perdendo um pouco a antiga segurança de conferir sentido às coisas, como nos recorda Jorge Larrosa (1998) no livro *Pedagogia profana* e em vários outros textos: parece que estamos feitos de puro clichê, que nós próprios nos constituímos por vezes em verdadeiros clichês; também parece que não ousamos silenciar, temos que falar sempre, tudo dizer, numa verbosidade incessante, de tal forma que muitas das coisas ditas poderiam tranquilamente ser eliminadas, retiradas de cena, sem que isso causasse qualquer espécie.

A terrível história de *Eichmann em Jerusalém*, narrada por Hannah Arendt, é elucidativa: o funcionário nazista cujo julgamento é acompanhado pela filósofa chama-lhe a atenção não apenas pelas atrocidades cometidas contra o povo judeu, mas pelo que naquela pessoa se materializava como ausência de pensamento, como apego cego aos clichês, às frases feitas. Arendt escreve que Eichmann, quando lhe acontecia criar uma frase, apegava-se a ela, repetida à exaustão, até transformá-la em *slogan*, em palavras que ele buscava com o único objetivo de obter espaços vazios, ausência de expressão própria. Para a filósofa, dificuldade ou incapacidade de expressão, de fala, tem correspondência direta com incapacidade de pensar. Ou seja, e ela completa, “de pensar do ponto de vista de outra pessoa” (Arendt, 2003, p. 62): “Não era possível nenhuma comunicação com ele [Eichmann], não porque mentia, mas porque se cercava do mais confiável de todos os guardacostas contra as palavras e a presença de outros, e portanto contra a realidade enquanto tal” (*idem*).

→ Pensar e escrever através de clichês (Eichmann não sabe falar a não ser a língua do “oficialês”) talvez seja da mesma ordem de pensar e escrever através de elaborações inconsistentes, vagas, “só para constar”: em ambos os casos, abdicamos de pensar. Num texto sobre o filósofo Heidegger, Jonathan Rée recorda que em *Ser e tempo* há curiosas observações sobre a idéia de inautenticidade – a respeito de cujas formas o filósofo disserta: a inautenticidade teria a ver com uma espécie de corrupção do discurso, que se transforma em bisbilhotice, escrevinhação, palavreado, coisa só para manter a comunicação; ou ainda, que degenera em curiosidade e ainda em ambigüidade (cf. Rée, 2000, p. 32-3). Essas observações de Heidegger me levam a pensar naquilo que já se tornou tão comum no meio acadêmico: a “ vaidade dos discursos”, uma vaidade que se compraz em repetir frases de efeito, em afirmar credos acadêmico-religiosos (sejam eles emancipatórios, salvacionistas, pós-modernos, pós-críticos, sejam eles amantes da pluralidade, do multiculturalismo e da diferença, por exemplo), sem que nosso texto esteja de fato investido nisso tudo como experiência genuína – aquilo que, como escreve Marilena Chauí, tem a ver com limite, demarcação, fronteira e, ao mesmo tempo, com “sair de si rumo ao exterior, viagem e aventura fora de si, inspeção da exterioridade” (Chauí, 2002, p. 161): em suma, experiência como iniciação aos mistérios do mundo.

Penso que a leitura e a escrita acadêmica precisariam, talvez, ter um pouco o caráter de experiência, de modo que nós, escreventes e leitores, pudéssemos nessa aventura fazer o exercício de pensar, estar simultaneamente dentro e fora de nós mesmos, de viver efetivamente experiências, no sentido de que as coisas que vivemos e produzimos nos abram ao que não somos nós mesmos, vivendo algo que é ao mesmo tempo atividade e passividade – porque nos deixamos atravessar por outras idéias, por outras sensações, por acontecimentos, disponíveis ao que nisso tudo há de arte, de potência criativa. Segundo a filosofia de Merleau-Ponty,

a experiência artística produz em nós e no outro esse encontro com o que ele mesmo não chegou a ser, o que, de algum modo, nenhum de nós chegou a ser, mas o é como possibilidade: “O pintor traz seu corpo para olhar o que não é ele, o músico traz seu corpo para ouvir o que ainda não tem som, o escritor traz a volubilidade de seu espírito para cercar aquilo que se diz sem ele” (Chauí, 2002, p. 163).

Ou seja, guardadas todas as diferenças entre a produção de uma obra de arte na literatura, na música, na pintura, na arquitetura ou no cinema, e a produção de um artigo científico, de uma tese ou dissertação, também poderíamos nós, professores, pesquisadores, estudantes do Ensino Superior, abrir-nos às artes, à experiência da arte, e aprender que

O pensamento não pode se fixar num pólo (coisa ou consciência, sujeito ou objeto, visível ou vidente, visível ou invisível, palavra ou silêncio), mas precisa se mover no entre-dois, sendo mais importante o mover-se do que o entre-dois, pois entre-dois poderia fazer supor dois termos positivos separáveis, enquanto o mover-se revela que a experiência e o pensamento são passagem de um termo por dentro do outro, passando pelos poros do outro, cada qual reenviando ao outro sem cessar (Chauí, 2002, p. 165).

Toda essa discussão sobre experiência e pensamento, a partir da relação entre arte e filosofia, feita pela filósofa Marilena Chauí, está a meu ver estreitamente relacionada com o que Michel Foucault nos ensina sobre o ofício do filósofo, do pensador, aquele que investe em pensar diferentemente do que ele mesmo pensa, em perceber diferentemente do que ele mesmo vê. Essa passagem de Foucault (1990a), de tão citada, já parece nada dizer. Mas se não fizermos dela um uso “de fachada”, mera escrevinhação ou bisbilhotice, mero adorno, clichê, certamente ela nos permitirá um tipo de conversão do olhar. Para Foucault, filosofar não é senão “o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento”, ao invés de sempre e todas as vezes “legitimar o que já se sabe”, ou então apropriar-se simplificadamente de outrem “para fins de

comunicação” (Foucault, 1990a, p. 13). É nesse sentido que Foucault defende o ensaio filosófico como uma experiência modificadora de si mesmo, através do exercício de um saber que é estranho ao autor.

Na linguagem, o aparecimento e a desapareção de nós mesmos

Falo aqui de leitura, de escrita e de criação. De transformação de si mesmo pela escrita e pelo pensamento. Estaria falando também de uma suposta autoria soberana? De um sujeito finalmente autor, criador, livre e emancipado, a partir da própria escrita (acadêmica)? Ora, Foucault nos lembra que “a palavra é a inexistência manifesta daquele que designa: agora se sabe que o ser da linguagem é a visível desapareção daquele que fala” (Foucault, 1990b, p. 70). Mas como reivindicar criação na escrita, artística ou acadêmica, tendo como dado que a linguagem não é dona do tempo, que a palavra não tem um vínculo direto com o que é narrado, nem com a própria memória, muito menos com o que nela poderia haver do sopro de verdade? Como desejar ares de criação num texto acadêmico, sabendo de antemão que a linguagem não é, a rigor, obra de uma autoria única e indivisa?

Imagino que esse texto de Foucault sobre Blanchot – *O pensamento do exterior* – pode nos impulsionar a abandonar a dicotômica idéia (e tão presente ainda entre nós) de que existe alguma coisa “lá fora” – nosso objeto de estudo, a escola, as crianças, adultos em processo de alfabetização, problemas de “fracasso escolar”, preconceitos de gênero e classe etc. etc. – e existimos nós aqui, numa outra ponta, donos da palavra, de tantas palavras, senhores e senhoras de textos, conceitos e autores, dos quais nos adornamos e que orgulhosamente replicamos. Nessa relação polarizada, aplicamo-nos a nomear de outra forma aquilo que vemos e observamos; interpretamos, lemos representações, classificamos coisas ditas, estabelecemos enfim relações entre palavras e coisas. E, se nosso esforço permite, pusemo-nos também a “refletir”, a falar

de um lugar talvez mais “interior”, e nos expomos, falamos inclusive na primeira pessoa, já não temendo misturar experiências particulares a achados científicos.

Ora, todos esses caminhos – legítimos, sem dúvida, carregados de ricas e produtivas possibilidades explicativas da chamada realidade – parecem, entretanto, outra vez repisar uma concepção de linguagem segundo a qual insistimos em negar a vida como acontecimento: estamos para sempre relacionando linguagem à eternidade, ao tempo, ao próprio sujeito-autor, quando talvez ela seja puro esquecimento, “a forma sempre desfeita do exterior”, uma vez que “não se fixa jamais numa positividade imóvel e penetrável” (Foucault, 1990b, p. 73). Foucault convida a pensar a linguagem para além daquilo que ela quer dizer, como verdade (provisória ou definitiva, mas “verdade”); para além das formas pelas quais ela é dita (os modos inventados para dizer esta ou aquela verdade). Foucault poeticamente nos sugere que a linguagem, no seu ser, é uma voz muito tênue, débil, imperceptível, “no fundo e ao redor de qualquer coisa, de qualquer rosto, que banha na mesma claridade neutra – dia e noite por sua vez – o esforço tardio da origem, a erosão precoce da morte” (Foucault, 1990b, p. 73-4).

É a literatura, o cinema, a pintura, todas as artes, o que perturba o grande modelo da representação e, junto, o grande modelo da autoria, por mais paradoxal que isso possa parecer. Foucault, Deleuze e tantos outros autores nos mostraram, a partir da literatura e do cinema especialmente, o não-isomorfismo entre ver e falar, entre o visto e o falado, entre a palavra e a coisa. Essas formas de criação fazem emergir em sua radicalidade o ser da linguagem, não para fazer aparecer a autoria como vontade de verdade, nem para promover a eternidade de alguns autores (ou da nossa própria autoria, por que não?). Mas por que isso é importante para alguém que, sem grandes pretensões, vai escrever um simples texto acadêmico? Talvez tratar das relações entre linguagem e exterioridade, linguagem e o “lado de fora”, segundo

esses autores (e estou agora me referindo a Foucault e à leitura deste feita por Deleuze), nos permita compreender a complexidade das redes de saber, poder e subjetivação, de uma maneira mais ampla e também com o foco na simples atividade acadêmico-científica. Tatiana Salem Levy, no livro *A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze*, sintetiza muito bem o, digamos, Foucault de Deleuze.³ Interessa aqui reafirmar, com a autora, que o saber se constitui de duas formas exteriores, o visível e o enunciável; “enquanto o poder é constituído por forças que operam no lado de fora” (...) “Enquanto ver e falar são as formas dos estratos e por isso as formas de exterioridade, pensar, ao contrário, se dirige a um lado de fora que é sempre informe. Pensar é chegar ao não estratificado” (Levy, 2003, p. 79). Eu acrescentaria: criar, escrever, pintar, também são dessa ordem, têm a ver com esse espaço que não se deixa apanhar por completo, que é luta, que é fuga do instituído, que jamais se torna forma fixa.

Escrever, dizer “eu escrevo”, afirmar “eu falo”, na perspectiva de entendimento da linguagem não como lugar da verdade, mas como “transparência recíproca da origem e da morte” (Foucault, 1990, p. 74), inclui uma dupla promessa: a promessa da desaparecimento e simultaneamente de uma futura aparição. Trata-se de zona de interstício. Trata-se de um entre-lugar mesmo, da compreensão de que, ao escrever e ao pensar, nos separamos de nós mesmos, de nossas origens, de nossas heranças, morremos um pouco; nesse mesmo instante, aparecemos, damos a ver, colocamos fugidia luz sobre algo que nos preocupa, sobre algo que dói em nossa época, sobre algo que é belo nestes tempos e paragens e talvez não esteja sendo suficientemente dito. Aparecimento e desaparecimento, junto,

³ A meu ver, um dos mais criativos textos sobre a obra de Foucault é o escrito por Deleuze (1991), em que essa discussão sobre o fora e as exterioridades recebem uma leitura mais do que assinada: para Deleuze, por exemplo, nas relações de força, que sempre vêm de fora, não há apenas singularidades presas, mas singularidades de resistência, possibilidades de “vida nas dobras” (p. 129-30).

ao mesmo tempo, dos autores que escolhemos, de nós mesmos, para além de uma produção que se contenta meramente em decalcar, em aprazer-se com frases de efeito cansadas de habitar textos aqui e ali, frases que ainda insistimos em enunciar, sem lhes atribuir novas, criativas e inusitadas relações – relações que certamente podemos ousar estabelecer, a partir de uma maior liberdade com os próprios materiais empíricos com os quais lidamos, e também com os diferentes autores com quem conversamos.

A proposta não é que mestrandos, doutorandos e pesquisadores agora se tornem poetas, que o texto acadêmico num passe de mágica se faça literatura. Não se trata disso. Penso que justamente no texto mais honesto, mais simples, mais despretensioso que produzirmos lá poderá estar viva essa dimensão da linguagem, apontada por Foucault, e da qual vimos tratando neste texto. Falo aqui mais de uma atitude, de um gesto cotidiano conferido às nossas leituras e à nossa escrita, e que diz respeito a um jeito indagador que põmos sobre nossas produções, uma inquietude que nos faça desconfiar, a cada página escrita e a cada escolha de um título, da pertinência daquelas palavras, daquelas escolhas conceituais, daqueles modos de estabelecer vínculos entre elaborações teóricas de um certo autor e o objeto científico que construímos, os materiais empíricos sobre os quais nos debruçamos. Tal atitude talvez possa ser vista como uma verdadeira “técnica de si”, um exercício sobre si mesmo, em favor de uma escrita menos automática, menos servil, menos utilitarista; em favor de uma escrita transgressora, que não perde de vista a lei (a lei da Pós-Graduação, a lei das agências fomentadoras de pesquisa, a lei do mundo científico, todas as leis que nos fizeram e fazem dizer e escrever deste ou daquele jeito), até porque justamente nessa transgressão tal ordem se faz viva, se torna visível, ao mesmo tempo que desaparece; é uma lei que nos sitia, sempre, para mostrar e dizer o que deve ser visto, dito e mostrado – mas que, exatamente por todo esse enorme esforço de

enconjurarmos os perigos da linguagem, expõe, despudoradamente, a própria fragilidade, e, junto, as infinitas e imponderáveis possibilidades de se dizer e fazer de um outro modo.⁴

Penso também que a atitude com a linguagem de que falo aqui diz respeito não só ao texto lido em autores, ao texto que escrevemos, às análises que realizamos. Diz respeito também aos documentos que constituem nosso *corpus* de investigação, às entrevistas que fazemos, aos diferentes dados que levantamos. Se deixamos de tomar as coisas enunciadas como palavras referidas a estas ou àquelas coisas, a esta ou àquela verdade, talvez possamos nos abrir a um tipo diferenciado de escuta do outro, das práticas discursivas e não-discursivas de que estamos tratando, e então talvez possamos deixar para trás a busca muitas vezes até obsessiva por vozes e verdades “interiores”, abrindo-nos quem sabe aos vazios que circulam entre as palavras, entre as muitas coisas ditas, aos murmúrios que continuamente desfazem esses mesmos vazios.

Dito de outro modo, penso que se trata de uma atitude ligada mais do que nunca a um trabalho sobre nossa sensibilidade, sobre nossa capacidade de olhar e de escutar, de ler, de observar, sobretudo de receber. Reivindico que a operação sobre nossos materiais empíricos pode se fazer prenhe desse generoso olhar – trate-se, por exemplo, de um manual de educação artística utilizado pelas professoras de Ensino Fundamental no interior do Rio Grande do Sul, em oposição a experiências particulares de criação e de troca entre colegas, em atividade de formação permanente de educadoras; ou de respostas a um questionário aplicado a adolescentes de escolas particulares de classe média alta em Porto Alegre, sobre o tema da estética do consumo; ou ainda de textos elaborados por estudantes de EJA (Educação de Jovens e Adultos), a partir de um *software* educativo; trate-se de recortes da vida de

⁴ Essa discussão sobre lei e transgressão é apropriada do texto de Foucault sobre Blanchot, citado em várias passagens deste capítulo (Foucault, 1990).

atores e atrizes, narrados em programas de TV ou revistas sobre televisão; ou ainda de depoimentos e histórias de vida de adolescentes e jovens de escola pública sobre sua experiência com o exercício da política, e assim por diante, só para citar alguns exemplos de objetos de pesquisa a que tive acesso.⁵

Isso quer dizer que sobre qualquer um desses materiais podemos exercitar, aprimorar nossa capacidade inventiva e criativa, de modo a poder falar daquilo que se murmura nos espaços vazios, daquilo que é sugerido, daquilo que, enfim, escapa ao instituído, que escapa às nossas previsões, hipóteses, a esquemas previamente traçados. A idéia é de que os elementos que escapam possam vir a compor um quadro complexo, rico, belo, estar presentes em nossas análises, ser citados e trazidos a um tipo de visibilidade flexível, bem-humorada até, ou trágica, conforme for o caso, mas sempre, de alguma forma, poética. Como uma vez escreveu o filósofo José Américo Pessanha (1997), até um teorema grego poderá ser tão belo como uma peça de Mozart – ou seja, mesmo plenamente modernos e fiéis ao projeto cartesiano, mesmo em meio ao mito da plena clareza, ali poderemos estar vivendo e comunicando o que é da ordem da trans-historicidade, aquilo que vai além do “rasteiro humano”, aquilo que se faz arte. Ora, se esse modelo de racionalismo já não nos serve, se já não negamos que tudo na condição humana está ligado à linguagem, ao corpo, ao tempo, à história – a coisas e fatos confusos, quase nunca tão claros assim –, a proposta é de que

⁵ Alguns desses objetos de pesquisa podem ser conferidos, por exemplo, nos projetos de tese de Luciana Gruppelli Loponte (2003), Evandro Alves (2004); também nas dissertações de mestrado de Celso Vitelli (2002), Eliana Dable de Mello (2004) e Celina Alcântara (2004). Em todos esses textos, de alguma forma, encontro o exercício genuíno da sensibilidade, por parte de pesquisadores abertos a pensar o seu tempo e extremamente comprometidos com questões candentes do campo educacional. Cada um a seu modo sinaliza para o que reivindico neste texto: no modo de escrever, nas escolhas teóricas feitas, no uso dos autores selecionados, encontro rastros de poesia, de escuta sensível ao que não está imediatamente dado, recusa ao decalque.

operemos com arte sobre esse belo lixo, confuso, multiforme, inesperado, ambíguo. Segundo Pessanha (1997), ele é a “matéria-prima do nosso discurso cotidiano – que podemos elaborar como um discurso artístico, literário, científico” (p. 29); também como um discurso político, eivado de indignação com o que não vai bem, com o que se faz horror, injustiça, desamparo. E o faremos na condição de “almas languageiras, persuasivas e sedutoras que somos porque o tempo todo estamos arbitrando e lidando com um tipo de linguagem em que não há conclusão definitiva” (Pessanha, 1997, p. 27), muito menos certezas e plena familiaridade com as coisas ditas.

Isso não é diferente quando se trata de produzir um texto acadêmico. Na construção de um objeto de pesquisa, não só o tema que nos atrai e fascina, que nos inquieta e nos faz decidir que “vamos estudar isto”, desenha-se como algo pouco claro, cheio de incertezas e de certa forma “sujo”; assim também o são os autores e conceitos que nos vão interpelando, acenando-nos como possibilidade de caminho para pensar. Em outras palavras, escolher um tema e decidir-se por métodos e teorias necessariamente não se configura como aventura em mar límpido; pelo contrário, isso diz respeito a uma decisão que nos coloca diante de algo para sempre estranho, mesmo que muitas vezes não nos demos conta disso, e insistimos em tratar referenciais teóricos como se fossem verdadeiras ferramentas da transparência e da mesmidade.

Pensar e criar: do instituído à ânsia de singularidade

No trabalho do investigador, penso que o grande salto para a diferença tem a ver com uma atitude de abertura, de entrega a esse estranho (objeto, tema, teoria, autor) que passa a nos habitar a partir de um dado momento. A pergunta é: Até que ponto nos deixamos efetivamente transformar? Até que ponto aceitamos modificar nossas certezas consoladoras? Em que medida revolucionamos nossa alma, deixamo-nos liberar o pensamento daquilo que já está ali instalado, pensado, silenciosamente, para ir adiante, converter

a rota, abandonar a serena atitude de quem legitima o que já sabe? Para Foucault, trata-se de aceitar correr riscos; para Marilena Chauí, isso tem a ver com arte, com o que a arte ensina à filosofia: essa possibilidade de desalojar o instituído, o sedimentado, aquilo que a cultura, no seu papel sem dúvida necessário, sempre está a cristalizar. Ora, o instituído carregará sempre um vazio e um excesso, os quais “pedem” nova instituição, novas expressões (Chauí, 2002, p. 166), a partir de uma inquietação, e uma interminável interrogação, pelas quais nos deixamos invadir. Penso que seria fundamental para nós, produtores acadêmicos, mergulharmos na experiência, esse algo que “age em nós quando agimos, como se fôssemos agidos no instante mesmo em que somos agentes”; mergulhar naquilo que a arte nos ensina, já que ela seria “a chave do enigma da experiência e do espírito e, dessa maneira, ensina à filosofia o filosofar, ensinando-lhe a reversibilidade entre atividade e passividade, que a tradição julgara opostas” (Chauí, 2002, p. 167).

Parece-me por demais importante experimentar a idéia de que arte e filosofia se irmanam, se completam, ensinam uma à outra. Que expressão artística não deve ser isolada de leitura e escritura científica, acadêmica. Que essa “tarefa infinita” da expressão, como diz Merleau-Ponty, nos atinja também a nós, criadores do texto científico. Mesmo que tal tipo de escritura tenha e deva ter sua especificidade, é nele que se faz necessário hoje investir, como lugar de expressão de vida, de possibilidades artistas de existência; como possibilidade de, ao modo de Cézanne, talvez pintar também um pouco a vibração e a fulguração do mundo, antes mesmo da ação do homem (cf. Chauí, 2002, p. 172). Certamente exagero, pois tratamos em nossos textos daquilo que é constituído na e pela cultura, tratamos do instituído, tratamos daquilo que tem a marca da intervenção humana datada e marcada espacialmente. Mas o que desejo dizer aqui é que, mesmo tratando do instituído, talvez seja possível para nós arriscarmos um pouco mais em nossos modos de ler e de escrever, de maneira que fosse possível entrever,

em nossas palavras, um pouco daquilo que talvez estivesse ali, antes mesmo do instituído; que nossos textos talvez pudessem ser constituídos de tal forma que carregassem consigo um pouco da vibração do mundo no tempo do ainda não-humano.

Afinal, existimos *na* linguagem, nem antes, nem depois, nem atrás nem na frente dela. A dupla realidade da linguagem, instituída e instituinte, é própria do homem, do homem como “cuidado”, segundo escreve Heidegger – aquele que “tem cuidado por” (já que há sempre para ele uma coisa dada, uma carga do passado, um lugar já dado ao qual ele chega) e aquele que “tem cuidado com” (já que o homem é sempre possibilidade de projetar-se no futuro) (cf. Rée, 2000, p. 37). Ou ainda, conforme Larrosa, no texto sobre Nietzsche: a criação se dá a partir da condição humana de luta entre o convencionalismo do grupamento, do já dado, e a ânsia genuína de singularidade, de expressão do incomparável (Larrosa, 2002, p. 57); trata-se da experimentação, em nossas práticas mais prosaicas da academia, de sermos o viajante que chega de longe e interrompe a comodidade dos hábitos e costumes arraigados, “para produzir a diferença entre o que se é (e agora se está deixando de ser, porque começou a ser estranho e insuportável, radicalmente alheio), e o que se vem a ser” (Larrosa, 2002, p. 59).

Imagino que isso tenha relação com a entrega que o criador (nós também, não apenas o artista *stricto sensu*) vive, essa entrega a si mesmo, entrega às belas leituras e pensamentos que descobre, entrega ao material empírico do qual falará e que será o mote para sua criação – e que de alguma forma vai aparecer em sua obra (seu texto). Apropriar-se do mundo pela linguagem, aproximar-se das coisas, com o corpo, tê-las com o olhar e o pensamento, mas tê-las mesmo sabendo que é um ter à distância, como escreve Chauí (2002, p. 177). Aceitá-las (e a nós mesmos) sempre como “coisas misteriosas”, como aquilo que será sempre impalpável, aquilo que, mesmo sonoro e gráfico (as palavras ditas e escritas) repousa sobre um “fundo primordial e inesgotável de silêncio” (2002, p. 187).

Marilena Chauí nos adverte, a partir de Merleau-Ponty, para o fato de que temos a ilusão de que nossa língua, que nos insere no mundo cultural, possa o exprimir completamente. Ora, as palavras são sempre indiretas, alusivas, totalidades abertas e móveis. E, por isso, a linguagem dirá muito mais quando, em vez de copiar o pensamento, se deixar fazer e refazer por ele (*ibidem*, p. 187). E segue:

O mistério da linguagem está em que só exprime quando se faz esquecer e só se deixa esquecer quando consegue exprimir. Quando sou cativada por um livro não vejo letras sobre uma página, não olho sinais, mas participo de uma aventura que é pura significação e, no entanto, ela não poderia oferecer-se a mim senão como linguagem (Chauí, 2002, p. 187-8).

Como seria possível, na produção de nosso texto acadêmico, não só escolher textos que nos invadam, mas que também nos façam viver efetivamente um tipo de experiência transformadora de nós mesmos? Como poderemos produzir um texto que também faça diferença, para nós e para os que nos lerão? Um texto que, sendo honestamente acadêmico e científico, honestamente produto de um tempo de estudo, leitura e investigação, deixe para trás a velha e cansativa fórmula da repetição do mesmo, do instituído descartável da moda? Como, artistas, trazer o leitor para o recinto de nossa tese, para o recinto de nossa dissertação? Como instalar cumplicidade entre nós e nosso leitor? – porque, afinal, é disso que se trata. Ainda Marilena Chauí:

Exprimir é empregar os meios disponíveis oferecidos pelo instituído – o mundo da percepção e da cultura – para deformá-los, instituindo uma nova coerência e um novo equilíbrio que, a seguir, serão retomados numa nova expressão que os recolhe como falta e excesso do que deseja exprimir. Sob essa perspectiva, a distinção entre a sincronia e a diacronia ganha outro sentido. Já não estamos diante da oposição entre o presente como totalidade simultânea e o tempo como mero escoamento, porém mergulhados numa totalidade simultânea e aberta, porque nela o presente, como falta e excesso,

pede um porvir, exigindo o futuro não como *telos*, mas como restituição instituinte do passado (Chauí, 2002, p. 191).

Em suma, penso que nossas leituras e nossas produções acadêmicas precisam respirar novos ares, ares artistas, ares de acontecimento, de modo que aquilo que lemos, e aquilo que escrevemos, de alguma forma tenha a característica de um advento, como escreve Marilena Chauí. Advento: o que clama por posteridade, que exige uma retomada, que convida a ir além. Aquilo que em suma dá a pensar, dá a dizer, dá a fazer (*ibidem*, p. 192).

Para concluir, novas indagações: nossas teses, dissertações, investigações financiadas por agências públicas ou privadas – em que elas dão a pensar, em que elas dão a fazer, em que elas dão a dizer? Em que elas prometem pelo menos um vislumbre de instituição instituinte? Em que medida elas habitam o não-estratificado? Não é obviamente necessário e indispensável que nossa produção seja algo imediatamente eficaz, produza frutos logo ali; nem que sejam obras-primas de criação artística. Não. Mas que pelo menos nossos textos tenham algo de fecundo, de matricial. É claro que não somos Guimarães Rosa, nem Cézanne, nem Freud, Marx ou Merleau-Ponty. Nem Foucault, nem Deleuze, Camões ou Chico Buarque. Mas podemos desejar aquilo que dá a pensar, beber naquilo que dá a dizer, e impregnar nossa escrita desse espírito – um modo de existência que avança não diretamente ao ponto, mas obliquamente, sem tanta afirmação de filiações religiosas, sem tantos credos, sem tanta vaidade de afirmar-nos sempre *up to date* com as últimas coisas ditas em nosso campo, mas sincera, honesta e seriamente disponíveis ao que jorra, espontâneo, de inúmeras experiências – intelectuais, artísticas, existenciais, cotidianas – como idéia, como valor, como negação do clichê, como singularidade, explosão de vida, arte e pensamento.

Referências bibliográficas

ALCÂNTARA, Celina. *Do Hipócrates ao hipócrita: formação do ator em tempos de mídia*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 2004.

ALVES, Evandro. *Escrita, tecnologias digitais, educação de jovens e adultos: uma cartografia inicial de relações entre imagens*. Projeto de tese de Doutorado. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 2004.

ARENDEI, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *Experiência do pensamento*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. *De que amanhã... Diálogo*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. Trad. Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *História da sexualidade 3. O cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *História da sexualidade 2. O uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1990a.

_____. *L'écriture de soi*. In: FOUCAULT, M. *Dits et écrits*, vol. IV, 1980-1988. Paris: Gallimard, 1994. p. 415-30.

_____. *O pensamento do exterior*. Trad. Nurimar Falci. São Paulo: Princípio, 1990b.

LARROSA, Jorge. *Nietzsche e a Educação*. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. *Pedagogia profana*. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Porto Alegre: Contrabando, 1998.

LEVY, Tatiana Salem. *A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. *Docência artista: arte, estética de si e subjetividades femininas*. Projeto de tese de Doutorado. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 2003.

MELLO, Eliana Dable de. *Juventude e utopia – experiências entre os muros de uma escola pública*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia/UFRGS, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. *Obras incompletas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PESSANHA, José Américo. *Filosofia e modernidade: racionalidade, imaginação e ética. Educação & Realidade*, FAGED/UFRGS, v. 22, n. 1, jan./jun. 1997. p. 13-32.

RÉE, Jonathan. *Heidegger*. São Paulo: EDUSP, 2000.

SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VITELLI, Celso. *Estação adolescência: identidades na estética do consumo*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 2002.